

mudanças foram feitas na proposta governamental.

A maioria das províncias reclamaram que a ação unilateral do Parlamento, mesmo depois da formação do comitê especial, feria a prática e o espírito do federalismo. Eles clamavam que no sistema federal existiam dois níveis de governos e que o governo central não podia fazer importantes mudanças constitucionais sem o consentimento dos governos das províncias. Seis províncias, a princípio, e duas apenas mais tarde, levaram o caso às Cortes para contestar a constitucionalidade da resolução. A Corte de Manitoba e de Quebec declararam que no tangente à jurisdição, a resolução era legal, mas a Corte de Newfoundland declarou-a ilegal.

A Suprema Corte do Canadá foi chamada para dar seu veredicto nos 3 julgamentos. E numa decisão histórica em 29 de setembro de 1981, regulamentou que "enquanto o Parlamento estivesse dentro de seus direitos para proceder sozinho com as emendas substanciais à Constituição, a resolução constitucional do governo federal não estava de acordo com a convenção, que requeria um substancial apoio das províncias para emendas no BNA". Só que a Corte, entretanto, disse que a definição para "emendas substanciais" deveria ser dada pelos protagonistas do episódio.

Seguindo literalmente esta decisão, o Primeiro-Ministro Trudeau chamou para uma conferência os 10 Premiers das províncias para obter o apoio à resolução. Oito dos 10 Premiers, que tinham assinado um acordo entre eles em abril de 1981, queriam uma nova regra para o procedimento de emendas e a queda do Capítulo dos Direitos. Em 5 de novembro, o Governo do Ca-

adá e 9 Premiers chegaram ao fim das discussões. O Capítulo dos Direitos foi modificado e uma fórmula diferente para as emendas foi adotada.

O histórico acordo entre o governo federal e as províncias, bem como a adição de outras emendas apresentadas pelo governo de Quebec, finalmente pôde ser apresentado ao Parlamento. Quando a Câmara dos Comuns e o Senado assinaram a resolução, formou-se a base de um abaixo-assinado para a Rainha Elizabeth pedindo que o Parlamento britânico enviasse para o Canadá sua Constituição.

A resolução chegou à Câmara dos Comuns britânica em 22 de dezembro de 1981 e teve uma terceira e última leitura em 8 de março de 1982. Foi então enviada para a Câmara dos Lordes e dada sua leitura final, sendo outorgada em 25 de março. O consentimento da Rainha foi dado em 29 de março, exatamente 115 anos após a Rainha Vitória ter assinado o BNA (Constituição Britânica do Norte), que criava a federação canadense.

Liberdades garantidas

De maior importância para os canadenses é, provavelmente, a colocação do Capítulo dos Direitos e Liberdade na Constituição. Embora os canadenses já fossem tradicionalmente a favor dos direitos humanos, poucos desses direitos constavam explicitamente da lei. Eles eram protegidos por Atos do Parlamento e alguma legislação nas províncias, outras por decisões judiciais e notas do BNA. Entretanto não havia garantias expressas para algumas liberdades fundamentais e direitos. Estando escrito na

Constituição dificulta ainda mais qualquer abuso ou tentativa que possa vir a ser feita por algum governante. Este capítulo também favorece os direitos dos cidadãos e limita o poder dos governantes.

Muitas das liberdades garantidas no Capítulo estão associadas com a livre sociedade. Estas incluem liberdades fundamentais (liberdade de religião, pensamento e expressão, de imprensa), dos direitos democráticos (do voto) e direitos legais (o direito de ser informado prontamente da razão de ser preso).

Neste mesmo Capítulo, muitos direitos e liberdades expressos requererão um certo ajustamento das leis canadenses, e pela primeira vez na história do país a Constituição reconhece a igualdade da mulher.

As causas de igualdade abrangem tão extensamente vários segmentos e afeta outras tantas leis que elas só entrarão em vigor em 1985. Finalmente, a Constituição de 1982 lega ao Canadá todas as possibilidades de legislar sobre as mudanças que venham a ser necessárias. A emenda diz, explicitamente, como os canadenses, através do governo federal e das províncias, podem fazer mudanças em sua Constituição.

Futuras mudanças necessitarão do acordo do Parlamento canadense e de 7 legislaturas provinciais, representando pelo menos 50% da população de todas as províncias. Nenhuma província por si só poderá vetar uma emenda. Entretanto, se uma província não quiser adotar uma emenda, poderá rejeitá-la. Em certas matérias, tais como a monarquia, direitos específicos de língua e composição da Suprema Corte, será requerido o consentimento das legislaturas provinciais e do Parlamento.

Mark MacGuigan em revista

